

Nova orla já causa polêmica

Projeto prevê seis modelos a serem construídos entre Ondina e Aleluia

Bruno Villa

bruno.villa@redebahia.com.br

Os escombros das barracas de praia nem foram removidos e o projeto para a orla de Salvador já causa polêmica. Especialistas não esperaram a poeira das demolições abaixar para tentar implodir a proposta da prefeitura. Ontem, o município passou o dia retirando os entulhos das construções.

A prefeitura propôs seis tipos de barracas. De acordo com o projeto elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira, ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham), as unidades serão construídas de

Trator remove escombros da praia de Piatã



acordo com as características naturais da área e o movimento dos banhistas.

O plano prevê que haja espaçamento mínimo de 15m entre cada unidade, o que foi determinado pela Justiça Federal para não atrapalhar a visão da paisagem. Cada barraca terá 20 mesas.

CRÍTICAS Depois da queda, as críticas. E o primeiro golpe partiu do professor de arquitetura da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Luiz Antônio de Souza, que coordenou a comissão convocada pela Justiça Federal para analisar a proposta da prefeitura. “Isso é uma sandice que daqui

a 10 ou 15 anos causará nova polêmica. Nossas calçadas não são como as do Rio de Janeiro, não têm espaço”, disse.

Para o arquiteto, não há um plano criterioso de uso e ocupação da orla. “Não há plano de requalificação da orla. Um projeto tem que ser baseado em regras técnicas, o que a

prefeitura fez foi um conjunto de especulações”, concluiu.

Já o arquiteto e engenheiro civil Giesi Nascimento, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), reclamou da falta de diálogo com a sociedade. “Não fomos procurados, como outras entidades também não foram”.

Para ele, a falta de discussão cria chances do projeto não vingar. Esta foi a queixa do coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Renato Cunha. “Não conhecemos o projeto. Esta é uma decisão séria e precisa da participação de todos”.

O gerente da Fundação Mário Leal Ferreira, Antônio Brito, que coordenou o grupo de criação do projeto, rebateu as críticas. Segundo ele, o plano foi feito com base no Projeto Orla, do Ministério do Meio Ambiente, que dá diretrizes sobre a gestão das praias.

“Obedecemos as determinações da Justiça Federal e distribuímos as barracas de

acordo com indicações da Gerência Regional do Patrimônio da União”.

MODELOS Os seis tipos de barracas serão espalhados pela orla de acordo com as características de cada local. Serão erguidas 93 unidades da barraca chamada Tradicional Simples, nas praias de Itapuã, Stella Maris, Flamengo e Aleluia. Elas terão 17,9 m² e serão instaladas na faixa de grama que fica entre a areia e a calçada.

Luiz Antônio afirmou que a construção sobre a vegetação causará impactos ambientais. “A vegetação não está lá para ser verde, mas para segurar o solo. O movimento de pessoas vai acabar com ela”, explicou.

O segundo modelo é o Tradicional Pequena. Serão 52 unidades, com 13,7 m², nas praias de Amaralina, Pituba, Artistas, nos trechos entre Piatã e Placaford, Jardim de Alá, Corsário, Jaguaribe e entre Pituaçu e Patamares.

As barracas serão erguidas em uma faixa de concreto entre a calçada e a areia que será construída. “O local da construção será rebaixado para que a barraca não atrapalhe a vista”, explicou Brito.

PAISAGEM O modelo Transparente terá 38 unidades, no Jardim dos Namorados, entre Piatã e Placaford e no Aeroclube serão seis. Elas terão 11,25 m² e ficarão em cima da calçada. A estrutura não tem paredes para não atrapalhar a visão da paisagem. Para Luiz Antônio, a construção atrapalhará a circulação das pessoas. “Salvador é uma cidade grande e de calçadas estreitas. Não vai ter onde o povo andar”, criticou.

Nas barracas Tradicionais Geminadas, a unidade será dividida entre dois barraqueiros. Serão 13 unidades de 19,10 m² e 26 permissionários. Elas serão construídas em Ondina e Jardim de Alá.

A Tradicional Especial terá 41 unidades, de 16,8 m², na praia dos Artistas e no canteiro central de Pituaçu. Do modelo Tradicional com Sanitário serão 28 unidades, de 14,4 m². Elas contarão com dois sanitários. As barracas estarão em Itapuã, Pedra do Sal, Cattussaba, Piatã e Placaford. A prefeitura também construirá banheiros nas calçadas.

Briga na Justiça continua

O caso das barracas de praia na Justiça está longe de terminar. O advogado João Maia Filho, que representa parte dos barraqueiros da orla de Salvador, promete entrar com um novo pedido de suspeição contra o juiz Carlos D'Ávila, da 13ª Vara da Justiça Federal, que determinou a demolição, o que paralisaria automaticamente o processo mais uma vez.

Maia argumenta que o juiz se baseou num laudo fraudulento da Vigilância Sanitária de Salvador (Visa) e que o juiz teria autorizado a demolição de ao menos cinco barracas que não estariam na lista elaborada pela prefeitura.

O advogado promete ainda ingressar com uma denúncia no Ministério Público Federal (MPF) acusando a prefeitura de ter fraudado o processo judicial. Maia defende que o laudo de inspeção da Visa teria que especificar as

irregularidades encontradas em cada uma das barracas e que a legislação não autoriza a Visa a demolir nenhum estabelecimento irregular. “Se a Visa tem poder de polícia, por que não interdito quando viu o risco? Então, agiu por omissão”, acusa Maia.

A inspeção da Visa, feita em agosto de 2009, apontou irregularidades sanitárias em 137 barracas. Em setembro do ano passado, a prefeitura pediu ao juiz, com base no laudo da Visa, que autorizasse “com urgência” a demolição das barracas, pois haveria “risco à saúde pública”. Nenhuma das barracas chegou a ser interditada ou multada, segundo confirmou ao CORREIO a própria Visa. Maia entrou também com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra a atuação de dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF), pois eles teriam levado três anos sem julgar os mandados de segurança dos barraqueiros.

FELIPE AMORIM